COMBATE AO DÉFICIT PÚBLICO OU AO PÚBLICO?

Este texto pretende ser um elemento auxiliar inicial para reflexão sobre a crise do Serviço Público Federal.

A CRISE E O PACOTE

Essa crise não é nova, mas foi aprofundada com o pacote, de 7 de abril, composto de 1 Decreto e 3 Decretos-Lei:

- Dec. 95.904: Extingue em 30 dias as Fundações Internas ou inviabiliza seu funcionamento.
- DL. 2423: Corta pela metade as gratificações do Servidor que não tenha dedicação exclusiva ao Serviço Público.
- DL. 2424: Incentiva as demissões com eliminação da vaga do Servidor demitido.
- DL. 2425: Congela os salários por dois meses e mantém a redução assim provocada (35%), até a data-base (março de 1989).

Esse pacote é juridicamente ilegal e inconstitucional e é socialmente perverso, pois piora ou elimina serviços ao público.



O PACOTE E A UNIVERSIDADE

O pacote para as Universidades vem complementar os Decretos 95.682 e 95.683, de 28/01/88, que eliminam os limites de carga-horária e proibem contratações, cancelando, inclusive, as vagas existentes em 31/12/87.

A campanha contra as Universidades Públicas Federais vem crescendo desde outubro de 1987, quando o MEC transformou-se em Sub-Secretaria do Ministério da Administração, vindo a ser ocupado por um Sub-Ministro que se transformou em locutor oficial das teses dos empresários da educação, a saber:

- As Universdades Públicas são mal administradas o que provoca o desperdício de verbas;
- Os estudantes são ricos e deveriam pagar;
- Os Servidores são incompetentes;
- Os Professores são improdutivos;
- Os restaurantes universitários, a assistência ao estudante e as creches são um absurdo, etc.

Essas afirmações veiculadas, sistematicamente, pela imprensa fazem parte da estratégia dos conservadores para garantir a aprovação, em maio, pela CONSTITUINTE das posições contrárias ao ENSINO PÚBLICO E GRATUITO.

A última façanha do Sub-Ministro foi aparecer em matéria paga do JB, de 12/04/88, que simulava, em duas páginas inteiras, um debate com grandes empresários da educação. É curioso que no "Debate" todas as posições apresentadas fossem a favor da privatização da Educação. Não será estranho se descobrirmos que a matéria foi paga com recursos do MEC.

A penúltima façanha foi o descumprimento do compromisso de 12,4% de verbas para custeio das Universidades em 1987 e a notícia inverídica de que as Universidades consomem 80% dos recursos do MEC. As Comissões de Verbas da ANDES e da UFMG provaram, com dados obtidos do governo, que este percentual é inferior a 50%. Nas duas sessões da CPI da Emenda Calmon, 19 e 26 de abril de 1988, essa questão veio à tona com farta documentação. E mais, se considerados os recursos públicos municipais e estaduais o custo da educação superior pública, responsável por 90% das pesquisas científicas, realizadas no país, é de apenas 20% do total dos recursos públicos.

O DÉFICIT E A "MENTIRA OFICIAL"

A manipulação de dados e a mentira oficial são práticas comuns nos governos impopulares.

Atualmente, a área econômica tem reinvestido em duas:

1ª) "Mentira Oficial": "Os salários são responsáveis pela inflação".

2ª) "Mentira Oficial": "A folha de pagamento é responsável pelo déficit público".

Quanto a 1ª "Mentira Oficial" as perguntas que se impõem são: O REAJUSTE DE SALÁRIOS, QUANDO OCORRE, É EM RELAÇÃO A UMA INFLAÇÃO PASSADA OU FUTURA? É SUPERIOR OU INFERIOR A INFLAÇÃO PASSADA?

Quanto a 2ª "Mentira Oficial" algumas das perguntas que deveriam ser respondidas são:

O governo arrecada impostos em troca de que serviços? Quem presta estes serviços? A arrecadação é inferior ao pagamento de quem trabalha? A desastrada operação Patrícia(compra de café pelo Brasil em Londres) custou só 115 milhões de dólares? O decreto das empreiteiras, denunciado por Anibal Teixeira, custou só US 600 milhões? O subsídio aos armadores brasileiros é mesmo de US 250 milhões? Quanto representa o desvio de verbas da Seplan? Quanto custa aos cofres públicos o subsídio aos importadores? Quanto custa ao governo por dia a dívida interna? E a externa? Quanto custa a folha de pessoal comparada ao custo da dívida?

Até agora todos os estudos feitos, por especialialistas e pesquisadores, demonstram que as argumentações da área econômica do governo não resistem à menor análise. Só se justificam como intenção de "bom comportamento", em relação às regras do FMI e demonstração da disposição do governo de se submeter às exigências dos banqueiros internacionais. Evidentemente, essa submissão reforçará as causas reais do déficit público, mantendo as taxas de inflação elevadas e diminuindo, ainda mais o poder de compra dos salários. Ora, diminunuindo os salários, diminui o consumo e, consequentemente, a arrecadação do governo.

Isso significa que haverá uma transferência da remuneração do trabalho para a remuneração do capital(que já está a 1% ao dia).

Portanto, este pacote é apenas o princípio do projeto recessivo, que faz parte de uma poderosa articulação de interesses econômico-financeiros que sabe muito bem o que quer. Quanto mais tímida a reação ao pacote, mais profundo será o projeto recessivo.

O PACOTE E A UFMG

O efeito dos Decretos 95.682, 95.683, 95904 e dos Decretos-Lei 2423, 2424 e 2425 são devastadores para a UFMG. Vejamos algumas de suas implicações:

- Suprimem recursos humanos e materiais;
- Agravam as condições de trabalho e estudo;
- Representam uma perda salarial adicional de 400%, equivalente a 4 salários, que jamais será reposta;
- Impedem o funcionamento de vários cursos(os de comunicação social e fisioterapia já estão inviáveis);
- Comprometem o funcionamento do Hospital das Clínicas e o atendimento à população carente;
- Fecham os restaurantes universitários;
- Invibializam as creches;
- Abrem campo para o ensino pago;
- Diminuem o salário nominal de 1000 Docentes que não possuem Dedicação Exclusiva;
- Paralisam ou retardam centenas de pesquisas e projetos;
- Tornam caóticas as condições de sobrevivência da UFMG.

Evidentemente, o impacto do pacote é desigual nas várias unidades e setores.

Por isso estaremos fazendo uma ASSEMBLÉIA COMUNITÁRIA, dia 3, pela manhã, na Reitoria e discussões simultâneas por unidade para análise dos impactos do pacote, dia 3, na parte da tarde.

Várias unidades já estão discutindo, desde já, os impactos do pacote. Participe!

A PARALISAÇÃO NACIONAL NA UFMG

Para exigir a revogação do pacote, os trabalhadores federais vão paralisar o trabalho, dias 3 e 4 de maio.

A omissão, nesta hora, equivale a dar carta-branca ao governo, para implementar já, as teses que o Centrão quer imprimir na Constituição:

1) Privatização crescente dos serviços públicos, principalmente, áreas de saúde e educação(ver modelo em curso em Minas Gerais);

2) Sucateamento das Estatais(ver propostas do Governador de Minas Gerais);

3) Política salarial de arrocho(ver desastre provocado pelo Sr. João Batista Abreu aos trabalhadores públicos mineiros). "Hoje é o dia mais feliz da minha vida" (J.B. 7/4/88);

4) Eliminação da gratuidade do Ensino Público Superior(ver proposta do Senador Jorge Bornhausen).

Na UFMG, vamos realizar uma **Assembléia da Comunidade dia 3, às 9 horas, na Reitoria**, com a presença do Reitor, da APUBH, da ASSUFEMG e do DCE, para aprofundar as questões aqui abordadas.

Compareça!

Participe das atividades dos dias 3 e 4!

Informe-se e discuta antes, durante e depois da paralisação!

A CRISE É DE TODOS!

SE VOCÊ NÃO SOMAR, A UFMG PODE SUMIR!

APUBH, ASSUFEMG, DCE

ABRIL/88